

A ESCOLA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE PROMOVER A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS

Karen Santos D'Oliveira¹

RESUMO

O presente estudo consistiu em um trabalho de reflexão em torno da educação, com foco mais especificamente na escola, bem como em sua capacidade de contribuição como ferramenta a ser utilizada na emancipação dos indivíduos. Há realmente uma problemática entre educação e política, sendo essencial para o processo educativo a noção das dimensões dos interesses envolvidos. Trata-se de um estudo bibliográfico, sendo que foram realizadas diversas leituras das obras de autores capazes de contribuir na argumentação a favor da educação como ferramenta que pode intervir socialmente e politicamente, como por exemplo Paulo Freire, Theodor Adorno, Immanuel Kant e Karl Marx, dentre outros. A intenção, ao se realizar este estudo, era a de contribuir para se pensar a educação como capaz de boas contribuições em transformações sociais, políticas e também culturais. Desta forma, torna-se possível questionar as concepções existentes e dominantes, visto que normalmente o processo educativo é construído sem que o questionamento sobre que tipo de ser humano, sociedade e até mesmo de mundo é o objetivo de ser atingido através da educação. Assim, busca-se analisar qual o papel do professor neste contexto, além de aprofundar sobre aspectos sobre o ato de ensinar em si e compreender melhor a relação que a educação possui com política. Os estudos realizados ao longo do processo, deixaram claro como, a partir das ideias de Kant, estabeleceu-se o conceito de emancipação dos indivíduos como forma de superar a minoridade, utilizando-se publicamente da razão. Foi analisada toda a evolução ao longo da história, chegando até Freire, que realizou análises envolvendo especificamente a realidade da América Latina, dando uma noção mais coletiva e também política ao conceito de emancipação humana. Concluiu-se a pesquisa com uma clara compreensão de que aplicar e também repensar as práticas que contribuem na emancipação dos indivíduos mostra-se como um grande desafio, sendo que a escola é este local de referência para que estas práticas sejam aplicadas (ainda, que, muitas vezes, este é o mesmo ambiente que demonstra resistência). O papel do educador é fundamental, sendo especialmente crucial que ele compreenda sua função em uma causa muito maior, para que seja capaz de discutir todos os aspectos ideológicos envolvidos nesta atividade que é educar.

Palavras-chave: emancipação humana, educação, política, humanização.

¹Mestranda em Ciências da Educação da Universidade Columbia Del Paraguai-PY, oliveira.karen@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Desenvolver-se como ser humano não se trata de um processo simples, mas sim bastante complexo, o qual demanda diversos tipos de esforços para que ocorra o aprimoramento. Quando se fala em educação, é raro não mencionar as categorias que existem de emancipação humana. Moreira (2008) afirma que Freire compreendia a emancipação humana como uma conquista política existente nesta luta por libertação das pessoas em suas vidas desumanizadas por conta da opressão e da dominação social. A emancipação é um tema de grande relevância e de mérito de aprofundamento, sendo essencial nos dias atuais repensar as relações pedagógicas existentes, em busca de contribuir para a construção de um mundo melhor, tendo a educação como ferramenta capaz de intervir e transformar o ambiente e as pessoas de que dele fazem parte de uma forma efetiva.

A emancipação política tem papel essencial na evolução histórica do ser humano. De acordo com Silva e Mata (2014), foi o que trouxe a possibilidade de libertação das antigas relações feudais, o que envolveu não só o âmbito político, mas também ideológico e até mesmo revolucionário. Isto porque, ao mesmo tempo em que envolvia o poder do Estado, o que se relaciona com o aspecto político, era também um embate relacionado à liberdade individual, aspecto este que existe no domínio ideológico e, por fim, revolucionário por conta de enfrentamento ao poder vigente, o que envolveu um embate armado. Foi neste momento em que houve a divisão entre o que era indivíduo em sua existência individual e privada de sua existência política. Todo este contexto permitiu que o indivíduo possuísse muito mais autonomia, já que lhe deu o poder de escolha sobre a forma como ele gostaria de viver – ainda que com certas limitações, visto que estas escolhas não podiam ir em sentido contrário aos interesses coletivos. Sendo assim, um dos maiores desafios atuais da escola é o de conseguir educar de forma hegemônica. De acordo com Gruppi (2008),

“Sem essa unidade de teoria e ação, a hegemonia é impossível, porque ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação; com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de empresta-lhe uma perspectiva, superando a imediaticidade empírica.”

O ideal de busca por uma sociedade emancipada e esclarecida não é de hoje. Segundo Immanuel Kant (2007), este ideal de uma sociedade que seja livre de crença e

da ignorância, sendo que, na realidade, para toda a sociedade moderna a autonomia do indivíduo é um aspecto extremamente importante, pois desta forma ele é capaz de desenvolver o conhecimento científico, dominando e quantificando a realidade ao seu redor. Entretanto, o conceito de sociedade moderna não foi capaz de levar a uma emancipação completa, limitando-se a, no máximo, uma emancipação política. Marx (2006) critica inclusive este aspecto ao afirmar que o Estado passa de fato por uma emancipação política, mas o indivíduo não, sendo determinado, com direitos fundamentais que na realidade apenas garantem o individualismo – e não uma emancipação política.

Outra teoria desenvolvida posteriormente e que trouxe contribuições para o tema foi a Teoria Crítica, cuja autoria é de Theodor Adorno (2005), retomando novamente esta problemática e a relacionando com a educação, visto que o autor acreditava que a proposta apresentada por Kant era válida, mas fazia-se necessário também compreender a emancipação como algo que não é idealista e nem individualista, mas sim ampliável para toda a sociedade, o que permite que seja construído um conhecimento coletivo capaz atentar-se às ferramentas existentes de dominação e alienação. Conforme afirmado por Adorno e Horkheimer (2011),

“O pensamento, no sentido do esclarecimento, é a produção de uma ordem científica unitária e a derivação do conhecimento factual a partir de princípios, não importa se estes são interpretados como axiomas arbitrariamente escolhidos, ideias inatas ou abstrações supremas.”

Em linha bastante semelhante de pensamento, Freire (2005) apresentou uma teoria que era fundamentada em valores humanistas, com certo foco na transformação social. O autor acreditava que aqueles menos favorecidos, quando organizados de forma coletiva, através de observações críticas de suas realidades, são capazes de se libertarem da opressão, através de uma transformação real de suas realidades. Isso, basicamente, consiste em construir uma consciência crítica, compreendo a realidade como algo capaz de passar por mudanças. De acordo com Vasconcelos e Brito (2006),

“Consciência crítica: caracteriza-se por um anseio na análise de problemas; pelo reconhecimento de que a realidade é mutável e aberta a revisões; e busca de análise dos fatos sem preconceitos, de modo indagador e investigativo.”

É preciso enfatizar que a educação, quando possui a intenção de formar para o pensamento crítico, relaciona-se diretamente com a atividade de problematizar constantemente a realidade, que é basicamente o que traz a pedagogia do conflito. Segundo Gadotti (2008),

“(...) uma pedagogia do conflito é essencialmente crítica e revolucionária. Isso significa que ela não esconde as relações existentes entre educação e sociedade, entre educação e poder, ou seja, ela não esconde o papel ideológico, político da educação.”

É por esta razão que uma escola que pretende contribuir para a emancipação social dos indivíduos é também uma escola que procura favorecer os desprivilegiados, seja do ponto de vista social, cultural ou econômico. Ainda conforme afirmado por Gadotti (2007), pode-se dizer que a tarefa de um educador é a de atuar de forma a favorecer o surgimento de pessoas que são diferentes, no sentido de que superam o individualismo, sendo solidárias e organizadas – contribuindo dessa forma para construção de uma sociedade mais evoluída.

Uma simples observação mais aprofundada da sociedade é capaz de gerar diversos questionamentos, já que, apesar de os espaços passarem por mudanças constantes que os reconstróem, não é possível dizer que eles tenham se desenvolvido ao ponto de dar a todos os indivíduos o reconhecimento como ser humano. Conforme afirma Gutiérrez (2008),

“Simplesmente temos que incentivar-lhes um despertar político, que dizer, fazê-los descobrir esse gosto pela liberdade de espírito, essa vontade de resolver os problemas do conjunto, esse sentimento de serem responsáveis pelo mundo e pelo seu destino [...]”

Desta forma, geram-se questionamentos sobre a forma como é possível contribuir na formação destes indivíduos, o que, de fato, é ser emancipado, bem como as funções da escola em todo este contexto e quais as propostas já apresentadas ao longo do tempo na literatura sobre o assunto – questões estas que o trabalho a ser desenvolvido espera talvez não responder por completo, mas trazer grandes contribuições para o que existe hoje. Desta forma, o intuito do trabalho é o de buscar um aprofundamento sobre o tema, utilizando como ferramenta a revisão bibliográfica, compreendendo tanto os conceitos envolvidos sobre educação, seu papel na emancipação dos indivíduos, quanto a forma como a

escola é capaz de contribuir nesse contexto. Assim, faz-se necessário que uma leitura crítica do contexto seja executada, sendo um desafio ao professor para que ele possa proporcionar a seus alunos a compreensão dos papéis históricos que possuem. Isto porque, conforme afirma Benite (2009),

“A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.”

A escola, no formato que é conhecida hoje, não surgiu nos tempos atuais, sendo que, na realidade, a data de sua origem é do século XVIII, na França. O propósito da escola na época era o de instruir os indivíduos de forma pública e gratuita com tudo aquilo que julgava-se realmente importante, sendo ela entendida como uma instituição, além de pública e gratuita, também neutra. Condorcet foi o responsável por trazer a ideia e que a educação não se limitasse apenas à elite e ao clero.

As mudanças seguintes vieram de forma muito associada ao surgimento da burguesia, pois compreendia a escola como uma ferramenta em sua luta, conforme afirmado por Yong (2007),

“A burguesia nascente fará da escola sua arma de luta: luta pela própria ascensão e ascendência no manejo da coisa pública e luta, sob a forma de instituição pública para civilizar os simples e lhe ensinar, através da leitura, da escrita e da gramática, os princípios da ordem social.”

Na sociedade de classes, há escolas diferentes para as camadas diferentes, as quais, inclusive não possuíam o mesmo intuito. Uma das funções que ela passa a ter é a de instruir os trabalhadores de forma técnica, a fim de que pudessem manipular máquinas e contribuir no processo produtivo. A escola mantinha, portanto, as estruturas e processos políticos da mesma forma, sendo que o enfoque não era o da emancipação social. Conforme afirma Yong (2007),

“(…) a idéia de que o papel primordial das escolas nas sociedades capitalistas era o de ensinar à classe trabalhadora qual era o seu lugar era amplamente aceita no campo da sociologia da educação”

Com a globalização, há uma disseminação da lógica capitalista, com claras consequências na forma como está estruturada a escola. De acordo com Yong (2007), há um claro conflito histórico relacionados aos propósitos da escola, que são os objetivos da dominação e da emancipação. Já considerando um contexto mais atual, de acordo com Tonet (2005), a proposta de uma escola emancipatória reside na ideia de trazer a realização pessoal de cada um dos indivíduos, mas não de um ponto de vista psicológico exatamente, ou seja, “seu caráter é muito mais ontológico do que psicológico, ou seja, é uma construção de si que implica fazer sua a riqueza genérica humana ao mesmo tempo em que se está engajado na criação de uma forma superior de humanidade.” Sobre as escolas no contexto atual, descreve Yong (2007),

“(...) O controle de boa parte do período compulsório pós-escolar e até de algumas escolas e autoridades educacionais locais foi colocado nas mãos de empregadores do setor privado que, às vezes, estavam de acordo, mas, muitas vezes, relutantes. A outra consequência foi transformar a educação em si num mercado (ou pelo menos semimercado), no qual as escolas são obrigadas a competir por alunos e fundos. A isso eu chamo não diferenciação da escolaridade. As escolas são tratadas como um tipo de agência de entregas, que deve se concentrar em resultados e prestar pouca atenção ao processo ou conteúdo do que é entregue. Como resultado, os propósitos da escolaridade são definidos em termos cada vez mais instrumentais, como um meio para outros fins.”

O trabalho mostrou-se extremamente enriquecedor ao esclarecer, de acordo com os diferentes conceitos existentes, o que é a emancipação dos indivíduos, além das formas através das quais ela normalmente é atingida. A escola possui papel crucial no atingimento deste objetivo, sendo um grande desafio, considerando o perfil atual das escolas e as influências deixadas pelo contexto econômico e social.

METODOLOGIA

A partir do contexto atual observado e por conta das diversas questões que uma simples observação um pouco mais aprofundada é capaz de gerar, o presente trabalho foi construído a partir de um referencial teórico, sobre o qual foi realizado um vasto

trabalho de leitura, a partir de um levantamento que focou na abordagem de obras renomadas na área da educação. Conforme afirmam Kauark, Manhães e Medeiros (2010),

“Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não se deve dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é, portanto o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento.”

Foi com base nesse conceito que o trabalho foi realizado, a de buscar as propostas de diversos autores com o intuito de conhecimento, buscando respostas para as diversas questões levantadas em torno do tema ao longo do tempo, tratando-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica. Foram pesquisadas obras de autores renomados na área, mas também desenvolvimentos mais pontuais e também recentes para compreensão de uma aplicação mais prática e atual.

A pesquisa bibliográfica pode ser compreendida como uma análise que se caracteriza por ser crítica, meticulosa e ampla sobre publicações de determinada área do conhecimento. Segundo Martins (2001), ela deve procurar não só explicar, mas também discutir a respeito de determinado tema, baseando-se na referência teórica existente em livros, revistas, periódicos, artigos e outros tipos de fontes. Além disso, ela possui também a intenção de conhecer e analisar o material de cunho científico desenvolvido sobre determinado tema. Ou seja, não basta simplesmente reproduzir e repetir o já existente, é preciso chegar a conclusões inovadoras.

Outra contribuição que a pesquisa bibliográfica é capaz de trazer é a descrita por Demo (2000), que nada mais é do que permitir e estimular o pesquisador a possuir um contato pessoal com alguma teoria, através da leitura, o que leva a uma interpretação própria.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Independentemente da linha de pensamento, nota-se que os diferentes autores exaltam a educação e acreditam ser ela realmente capaz de contribuir para mudanças efetivas na sociedade, através da contribuição no desenvolvimento do indivíduo,

entendendo que ela possui uma função também política. Conforme afirmado por Bittar (2008),

“Se existem inclinações humanas constatáveis em toda criança ou adolescente em formação, não é verdadeiro afirmar que todos estão predestinados ou ao bem ou ao mal; pessoas se constituem, em contextos sociais específicos, e são, em grande parte, mas não exclusivamente, condicionadas por seu contexto social, econômico, humano e histórico.”

Além disso, nota-se que sua função na emancipação social é tão intensa pois gera uma reflexão a respeito do papel do conhecimento, sendo que desejos emancipatórios são mais frequentemente observados de forma associada a certa expansão da escolarização e uma maior oportunidade nas escolas. Sobre este tema, Yong (2007) apresenta um conceito interessante, afirmando que a emancipação está associada a adquirir um conhecimento poderoso, definido como:

“Esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo.”

Santos (2001) possui um conceito bastante semelhante, afirmando que existem dois tipos de conhecimento, um capaz de contribuir para a emancipação do ser humano e outro que tem o poder de regulá-lo. O grande desafio da escola é o de fazer emergir o primeiro, através da superação do segundo.

“O paradigma da modernidade comporta duas formas principais de conhecimento: o conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. O conhecimento-emancipação é uma trajetória entre o estado de ignorância que designo por colonialismo e um estado de saber que designo por solidariedade. O conhecimento-regulação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por caos e um estado de saber que designo por ordem.”

Tais ideias levam naturalmente a questionamentos mais práticos, sobre como ser capaz de levar este tipo de conhecimento aos indivíduos, e até mesmo sobre o que constitui este conjunto de conhecimento, mas também leva à reflexão sobre ser esta a base da emancipação – figurando de fato como uma condição, pois, sem sua existência torna-se muito difícil a emancipação, visto que uma visão crítica sobre a realidade ao

redor só é possível em uma situação onde o indivíduo possui o conhecimento adequado para que possa construí-la. O autor classifica este conhecimento como o conhecimento teórico, o que fornece a capacidade de generalizações ao indivíduo, sendo a base para julgamentos. Ainda que seja a base, talvez não seja capaz de exercer as mesmas contribuições sem a existência complementar de um conhecimento adaptado a suas limitações. Conforme dito por Freire (2013), é preciso que haja uma relação entre a figura do professor e a realidade onde ele se encontra:

“Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não pode ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho.”

Uma afirmação de Tonet (2005) é bastante complementar a estas ideias, enfatizando também qual a importância efetiva que a emancipação possui de um ponto de vista da sociedade:

“O processo de tornar-se homem do homem implica uma apropriação e uma subjetivação cada vez mais amplas. Tudo o que tolhe esse movimento é desumanizador. Constranger o indivíduo nos limites de uma única atividade, por mais criadora que seja, é, no fundo, anular o seu desenvolvimento como indivíduo total. É só numa sociedade efetivamente emancipada, portanto que esse movimento de autoconstrução ampla pode realizar-se na sua forma plena.”

Este conceito tudo tem a ver com a ideia de formar um indivíduo para sua autonomia. Ou seja, educadores e intelectuais, para contribuir de forma efetiva, precisam repensar a educação, que não pode se limitar a uma mera passagem de conhecimentos técnicos. Conforme dito por Freire (2005),

“Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir conhecimentos e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente.”

É preciso destacar que a emancipação, de um ponto de vista coletivo, só será realmente efetiva se ocorrer para toda a sociedade, ou seja, se não se limitar a apenas algumas camadas sociais. Neste contexto, a escola possui papel crucial, visto sua função

de transmissão do conhecimento. Desta forma, o processo de formação mostra-se como um grande desafio a todos os educadores, visto as limitações que possui e todas as peculiaridades que precisam ser levadas em consideração. Netto e Braz (2007) afirmam o seguinte:

“Só uma sociedade onde todos os homens disponham das mesmas condições de sociabilização (uma sociedade sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a cada um as condições para que desenvolvam diferencialmente a sua personalidade.”

Nota-se que a escola está ainda em fase muito inicial quando se pensa nela em sua forma idealizada de atuação, sendo que reflexões a respeito do tema se fazem sempre necessárias. Tal aspecto mostra-se extremamente claro quando tomado em consideração o fato de que ela só existe nos dias de hoje de forma a atender os indivíduos que são considerados normais dentro dos padrões da sociedade, não tendo se adaptado a atender, mas sim segregando, por exemplo, os indivíduos que possuem algum tipo de deficiência. Conforme afirma Gadotti (2003),

“A educação, para ser transformadora, emancipadora, precisa estar centrada na vida, ao contrário da educação neoliberal que está centrada na competitividade, sem solidariedade. Para ser emancipadora a educação precisa considerar as pessoas, suas culturas, respeitar o modo de vida das pessoas, sua identidade.”

Desta forma, fica claro que a escola possui sim, de fato, um grande poder, que é o poder da transformação. Assim, torna-se quase inevitável, mas uma reflexão muito interessante a ser realizada é sobre o que ela poderia transformar no caminho para contribuir na vida e dia-a-dia de pessoas marginalizadas. Hengemühle (2008) acredita que a autonomia pode ser atingida por este tipo de jovem através das devidas adequações pedagógicas, visto o forte papel que a escola possui na vida desta criança, sendo um exemplo crucial capaz de influencia-la em escolhas que vão – ou não - de encontro com o que a sociedade espera.

“(…) Uma criança, adolescente, jovem, que tem liberdade total é um forte candidato a se marginalizar socialmente, é que precisa, portanto de um eixo condutor. Tanto na família, cujo modelo também mudou, como na escola e conseqüentemente na sociedade como um todo, percebe-se a busca de caminhos para encontrar o equilíbrio e novos paradigmas.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o tema abordado no trabalho tenha rendido longas reflexões e atingido os objetivos a que se propunha, não é possível dizer que os estudos param por aí, pois há ainda muito a ser aprofundado neste campo. Pode-se afirmar que a relação entre educação e política é algo complexo, permitindo tipos de análises que não cabiam neste estudo. Entretanto, foram abordados diversos conceitos importantes, os quais são capazes de contribuir no desenvolvimento dos espaços sociais que possuem caráter educativo, o que leva a desenvolver organizações escolares no sentido de que constroem formas diferentes de sociabilidades.

O desenvolvimento deste trabalho deixou bastante claro que uma educação com o intuito de emancipar os sujeitos foge bastante daquilo que se apresenta como padrão atualmente – não que isto implique na necessidade de diversos recursos extremamente tecnológicos e fora da realidade da maioria das pessoas, mas sim, conforme afirma Araujo (2005),

“O verdadeiro trabalho educativo, como decerto já sabeis, não reside essencialmente nas vossas conversas com a criança, nem na influência direta que exerçais sobre ela, mas na organização da vida da criança. O trabalho educativo é, antes de mais nada, um trabalho de organização. E nesta tarefa não há pormenores a minimizar. Não tendes o direito de considerar seja o que for como um pormenor, e de o esquecer. Seria um erro terrível pensar que na vossa vida e na do vosso filho haveis de distinguir algo de importante e consagrar-lhe toda a vossa atenção, desprezando todo o resto. No trabalho educativo não há trivialidades sem importância. Um laçarote que atais ao cabelo de uma menina, este ou aquele chapelinho, um brinquedo, tudo isso são coisas que podem ter a maior importância na vida da criança. A boa organização é aquela que não perde de vista os menores pormenores e as menores circunstâncias. As pequenas coisas atuam regularmente, quotidianamente, a toda hora, é delas que a vida se faz. Dirigir esta vida, organizá-la, será a vossa tarefa mais essencial.”

Em relação à contribuição dos diferentes autores, foi possível notar que cada um deles foi capaz de trazer conceitos que, de certa forma, se complementam. Kant ao categorizar a emancipação como do ponto de vista político, através da utilização da racionalidade em interesses da sociedade, Marx ao afirmar que a emancipação só é possível quando a individualidade é superada e o Estado intervém a fim de apropriar as forças políticas e sociais existentes, Adorno com a ideia de educação para resistência, ou seja, que forme um ser humano capaz de críticas as estruturas sociais e, por fim,

Freire, que envolveu em sua análise as limitações históricas, exaltando aspectos de humanização em suas ideias sobre emancipação dos sujeitos. Todas estas contribuições analisadas são de extrema importância prática, pois são capazes de embasar a prática pedagógica – enfatizando inclusive que os desenvolvimentos já observados não são limitados e podem ser constantemente reelaborados.

O aprofundamento no assunto através das obras dos autores analisados corroboraram de forma bastante significativa a necessidade de alteração do perfil das escolas atuais, visto a postura extremamente alienante, funcionando apenas como uma transmissora de conhecimentos técnicos, o que contribui apenas para a manutenção das classes na forma que se configuram atualmente e sem trazer uma real contribuição social e política. É preciso buscar nos pontuais casos de sucesso exemplos práticos de mudanças aplicáveis no sentido desta busca por uma escola ideal. E, provavelmente, este é um dos maiores desafios nos dias de hoje, pois o ambiente e o contexto, da forma como estão atualmente, possuem a tendência de levar o professor a uma posição passiva, sendo que ele é, na realidade, um protagonista essencial nas mudanças que precisam ocorrer. Conforme afirma França (2015),

“A prática bancária, subordina o educador, sufocando o gosto pela rebeldia, reprimindo a curiosidade, desestimulando a capacidade de desafiar-se, de arriscar-se, tornando-o um sujeito passivo. Contrapondo-se a cada à essa tendência, (...)”

Apesar de concluído o trabalho, pode-se dizer que ainda exista muito mais o que se aprofundar no tema, bem como a possibilidade de realização de estudos mais práticos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. In: ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos (1947) (Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente). Disponível em: <<http://kntz.com.br/wp-content/uploads/2009/07/Livro-Dial%20tica-doEsclarecimento-Excursos-I-e-II-Adorno-e-Horkheimer.pdf>>.

BITTAR, E. C. B. A escola como emancipação dos sujeitos. In A. A. Dias, R. M. G. Silveira & M. N. T. Zenaide (Orgs.), Direitos Humanos: capacitação de educadores – fundamentos culturais e educacionais da educação em direitos humanos (pp. 169 – 170). João Pessoa, PB: Editora Universitária – UFPB.

DEMO, P. Pesquisa: Princípios científicos e educativos. 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

------. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder. Introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2006.

------. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução de Nelson Coitinho. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1978.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação como práxis política. Tradução de AntonioNegrino. São Paulo: Summus, 2008.

------. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2011.

HENGEMÜHLE, Adelar (org.). Significar a Educação: da teoria à sala de aula. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo? In: _____ A paz perpétua

e outros opúsculos. (Trad.) Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2009.

KAUARK, Fabiana da S. MANHÃES, Fernanda C. MEDEIROS, Carlos H. Metodologia da pesquisa: um guia prático. Itabuna, Bahia: Via Litterarum, 2010.

LEVY, Robert. Dicionário de Educação pedagógica.(org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. Trad. De Gaetano Lo Mônaco; rev. Da trad. Rosa dos Anjos Oliveira e Paola Nosela. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, Mario Osório. Educação e conhecimento. Revista Contexto & Educação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In: _____ Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MOREIRA, Carlos Eduardo. Emancipação. In. STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.\

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência: 3. Ed.. São Paulo: Cortez, 2001.



SILVA, G. L. da R. e MATA, V. Ap. da (org). Fundamentos Psicológicos e Pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil e ensino fundamental. Brasília/Curitiba: MEC/UFPR, 2014,120p.

TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho e BRITO, Regina Helena Pires de. Conceitos de educação em Paulo Freire. Petrópolis, RJ: Vozes: São Paulo, SP: Mack Pesquisa – Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2006.

YONG, Michael. Para que serve a educação? Revista Educação e Sociedade. Campinas: v. 101, p. 1287-1302, set/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.